

# Textos, público e meios de comunicação: a persistência das perguntas<sup>a</sup>

## *Textos, audiencias y medios de comunicación: la persistencia de las preguntas*

CARLOS SANDOVAL GARCÍA<sup>b</sup>

Universidad de Costa Rica. San José – Costa Rica

### RESUMO

Este artigo questiona as mudanças e permanências nas formas como os vínculos entre meios de comunicação, poder e sociedade são analisados em relação aos ecossistemas comunicativos que hoje são chamados de tradicionais, como a imprensa, o rádio e a televisão, e as plataformas digitais que se consolidaram no século XXI. Particularmente, presta-se atenção a três perspectivas: a capacidade dos discursos para interpelar o público, a atividade do público e o papel das indústrias de comunicação. A pesquisa acadêmica sobre os vínculos entre meios de comunicação, poder e sociedade exige reparar as mudanças entre o “tradicional” e o “novo”, e as permanências. Além disso, é sugerida uma apropriação crítica das trajetórias de pesquisa desses vínculos, para que não sejam reproduzidos alguns dos “becos sem saída” transitados décadas atrás.

**Palavras-chave:** Discursos, mídia, público

### ABSTRACT

Este artículo se interroga por cambios y permanencias en los modos en que se analizan los vínculos entre medios de comunicación, poder y sociedad a propósito de los ecosistemas comunicativos hoy llamados tradicionales, como la prensa, la radio y la televisión, y las plataformas digitales que se han consolidado en el siglo XXI. En particular se presta atención a tres perspectivas: la capacidad de los discursos para interpelar a audiencias, la actividad de las audiencias y el papel de las industrias comunicacionales. La investigación académica sobre los vínculos entre medios, poder y sociedad requiere reparar los cambios entre lo “tradicional” y lo “nuevo”, y las permanencias. Asimismo, se sugiere una apropiación crítica de las trayectorias de investigación de estos vínculos, para que no se reproduzcan algunos de los “callejones sin salida” transitados décadas atrás.

**Palabras clave:** Discursos, medios, audiencias

<sup>a</sup>Quero agradecer ao Dr. Raúl Fuentes Navarro, meu querido diretor de dissertação de mestrado, finalizada há 30 anos, pelo convite para participar deste número da revista **MATRIZES**.

<sup>b</sup>Doutorado em Estudos Culturais pela Universidade de Birmingham. Docente na Escola de Ciências da Comunicação Coletiva da Universidade de Costa Rica. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7660-4375>. E-mail: [carlos.sandoval@ucr.ac.cr](mailto:carlos.sandoval@ucr.ac.cr)



**T**RANSCENDER A SEPARAÇÃO entre a análise de discursos, o estudo do público e das mediações ou suportes técnicos foi e continua sendo um desafio indispensável nos estudos da comunicação. O ponto de partida é que a comunicação é, essencialmente, uma relação, normalmente cruzada por relações desiguais de poder, em que significados intersubjetivos são produzidos, conferindo sentido à experiência vivida.

Para isso, algumas correntes ou tendências metodológicas no estudo dos meios de comunicação tradicionais são analisadas e, mais tarde, questionamentos semelhantes são levantados para as plataformas digitais. Em primeiro lugar, destaca-se a ascensão da análise crítica do discurso que encontrou sua principal referência na teoria da ideologia. As ideologias, materializadas nos discursos, interpelam os indivíduos e os constituem como sujeitos. A principal crítica à análise fundamentada na teoria da ideologia sustentava que o sujeito não é interpelado por um único discurso, nem que a conformação das subjetividades é resultado não apenas de discursos, mas também de práticas, vínculos intersubjetivos e experiências. Em segundo lugar, essa crítica despertou um interesse crescente pela análise do público, ou seja, o estudo sobre como os discursos estão inseridos no cotidiano de grupos sociais específicos. O objetivo foi analisar contextos e mediações envolvidos na recepção, apropriação e significado das mensagens. A principal crítica ao estudo do público é que ele tende a traçar uma espécie de pêndulo, pois se antes o discurso tinha um peso considerável, na perspectiva da análise do público, o primeiro aparece de uma forma bastante difusa como se a interpelação estivesse em segundo plano. A atividade do público, muitas vezes, era entendida como sinônimo de “agência” e crítica dos discursos.

Em terceiro lugar, com o advento dos novos meios de comunicação também chamado de remediação, a era digital e a convergência dos meios de comunicação, tanto a análise do discurso quanto a do público também são discutidos. Fundamentalmente, pelo menos com o surgimento das plataformas digitais, insistiu-se que a análise do discurso teria perdido sentido na medida em que hoje há muitos discursos disponíveis e, conseqüentemente, é muito difícil falar de um discurso dominante. Ou seja, a variedade de meios de comunicação e mediações estaria pluralizando tanto a oferta de plataformas quanto a conformação do público.

Diante desses três dilemas, discursos, público e meios de comunicação, esse artigo sugere que mais do que incentivar uma estratégia pendular, agora em torno das plataformas digitais, em que uma ênfase em uma direção incentiva um deslocamento em direção contrária, trata-se de manter uma tensão produtiva entre essas três perspectivas de análise, que não são suficientes por si só e nem esgotam as questões da pesquisa.

## CON/TEXTOS: UM PREÂMBULO NECESSÁRIO

Embora “globalização” faça parte do vocabulário das ciências sociais, da política e da conversa cotidiana, e que seja reiterada a existência de uma sobrecarga de informação, o que se tornou “global” é uma pequena parte da oferta cultural e acadêmica. Ou seja, “globalização” frequentemente implica a circulação de correntes dominantes (também se diz *mainstream* em espanhol), bem distantes dos vínculos de mão dupla. O “Sul Global”, como hoje é chamado o que antes conhecíamos como Terceiro Mundo, é mais um objeto de estudo do que um sujeito de diálogo.

No caso da América Latina, os países com maior extensão geográfica frequentemente são levados em conta. Longe de ser algo exclusivo dos estudos em comunicação, também é comum entre as ciências sociais com vocação mais empírica, como a história ou a antropologia. Enquanto isso, a América Central e o Caribe têm pouco peso no conjunto dos estudos sobre a América Latina, seja da própria região ou do chamado Norte Global. Claro, não se trata de uma generalização grosseira, pois há colegas que durante décadas realizaram pesquisas sobre o istmo centro-americano e aqui se sentem “em casa”.

Por sua vez, há uma espécie de identificação desde o Sul Global com as ciências sociais praticadas no chamado mundo desenvolvido. Como Dipesh Chakrabarty (2000, p. 29) perceptivamente ressalta: “O paradoxo cotidiano da ciência social do terceiro mundo é que *nós* encontramos essas teorias [do primeiro mundo], apesar da sua ignorância inerente a nós, eminentemente úteis para entender nossas sociedades”. Enquanto isso, conhecer as ciências sociais praticadas na América Central está longe de ser um imperativo frequente no Norte Global. Publicar “ali” sobre temas “daqui” é considerado desejável; mais ainda se for publicado em inglês.

Meu próprio contexto institucional reflete esse paradoxo, porque meu trabalho surge a partir da minha experiência de pesquisa, docência e impacto na Costa Rica, mas não é fácil construir vínculos na América Latina. Por sua vez, foi beneficiado pela trajetória dos estudos culturais, particularmente em Birmingham, Inglaterra. Essa dupla localização com certeza é paradoxal, pois a América Central não é lida como estudos culturais, mas especialmente como um *estudo de área*, ela nem costuma estar na agenda das ciências sociais na América Latina.

Explicitar esses vínculos entre poder e conhecimento não advoga por um nacionalismo ou essencialismo regionais, nos quais as especificidades da América Central ou mesmo da América Latina não admitiriam diálogos e apropriações de tradições que tivessem tomado forma em outras regiões. Pelo contrário,

contribuições das ciências sociais europeias ou norte-americanas explicitaram o paradoxo entre o predomínio de características patriarcais e racistas nas nossas sociedades e, até poucas décadas atrás, seu pouco reconhecimento na pesquisa acadêmica (Mattelart, 2007). O mundo moderno, que comumente se refere à Europa, exige *se provincianizar* (Chakrabarty, 2000), mas isso não significa descartar as suas contribuições.

Essas considerações são úteis para situar as páginas seguintes e seu caráter necessariamente seletivo, que, mais do que o resultado de uma pesquisa sobre a pesquisa (Fuentes-Navarro, 2015), constituem reflexões a partir da prática da docência, da pesquisa e da extensão universitárias, que não excluem áreas cinzentas ou casos distantes do aqui apontado.

### DISCURSOS: A IDEOLOGIA COMO INTERPELAÇÃO

A análise do discurso cresce com o estruturalismo. A leitura binária de textos foi uma ferramenta muito sugestiva; língua/fala, significante/significado, denotação/conotação, manifesto/latente são abordagens sempre muito incisivas para entender os alcances dos discursos. Uma das contribuições mais relevantes da tradição estruturalista é a tese de que as estruturas e formas narrativas, ainda mais que os conteúdos, são centrais nos discursos sociais (Eco, 1974). Ou seja, enquanto as leituras convencionais enfatizam o explícito, a tese estruturalista diria que as estruturas discursivas prevalecem para além dos conteúdos manifestos. A leitura elaborada por Roland Barthes (1986), sobre os mitos, exemplifica muito bem as possibilidades da análise estruturalista. Na América Latina, por exemplo, independente da novela mexicana em questão, frequentemente há narrativas constantes que têm um peso significativo, tais como as características étnicas dos protagonistas, os tipos de conflitos desencadeados e o desfecho usual (Martín-Barbero & Muñoz, 1993).

A ascensão estruturalista manteve uma relação enriquecedora com os debates sobre a ideologia, particularmente com os trabalhos de Louis Althusser (1988). No início da década de 1980, a leitura de Althusser enfatizava a noção de *aparelho*, que servia para situar os meios de comunicação como parte das estruturas do poder. A crítica principal era a uma espécie de *funcionalismo de esquerda* (Martín-Barbero, 2001), que dizia que todas as instituições convergem na reprodução inevitável do sistema capitalista. Enquanto isso, a noção de interpelação, que dizia que a ideologia constitui os indivíduos em sujeitos, possivelmente uma das contribuições mais sugestivas associadas ao conceito de ideologia (Larraín, 2010), não teve a mesma centralidade.

A partir da interpelação, a análise não foi reduzida ou não deveria ser reduzida aos atributos do próprio discurso, mas questionada sobre o vínculo entre discursos e constituição de subjetividades. Ou seja, a análise do discurso é valiosa por si só, mas principalmente enquanto permite contribuir com o entendimento da configuração de sujeitos e subjetividades em determinados contextos socioculturais.

Entretanto, o tipo de análise crítica do discurso que costuma ser praticado atualmente, frequentemente associado às contribuições de van Dijk (1990), nem sempre inclui a interpelação entre suas principais preocupações, enquanto fenômeno que precisa ser analisado de forma empírica e não apenas entendido como uma espécie de suposição.

Por sua vez, uma das críticas ao conceito de interpelação é que ele parece supor que o sujeito é interpelado por um único tipo de discurso (Morley, 1980), quando na verdade costuma ser o caso em que vários discursos interpelam sujeitos e grupos específicos e nem sempre em uma mesma direção, nem com a mesma intensidade. É comum que as interpelações articulem discursos dominantes, ou seja, alguns repertórios tendem a ser mais proeminentes e importantes do que outros. Como alguns discursos interpelam em termos de classe, gênero, sexualidade, etnicidade, geração ou articulações delas (Hall, 2010) no plano discursivo e com respeito a grupos sociais específicos não costuma ser matéria frequente em pesquisas empíricas.

Se o conceito de interpelação, mesmo com as críticas mencionadas, fica à margem dos questionamentos do discurso, pode ser gerado um tipo de análise cuja dimensão textual tende a se desprender ou se desligar de outros processos e práticas sociais.

Em quais condições, por exemplo, o populismo autoritário interpela amplos setores das sociedades centro-americanas e de outras regiões é, atualmente, uma pergunta empírica e política de primeira ordem que não é possível responder se o ascenso populista não for situado no contexto do enfraquecimento da democracia eleitoral e do aumento de desigualdades.

A ascensão do estruturalismo, um referencial teórico decisivo em muitas correntes de análise do discurso, tomou forma em tensão, às vezes explícita, outras vezes implícita, com o culturalismo, cuja experiência, mais do que os discursos, configuram subjetividades (Hall, 2010). O conceito de experiência, por outro lado, permite apreciar as diversas forças e experiências sociais que acontecem na vida social (Thompson, 1982).

A principal objeção, que desde o estruturalismo ou do pós-estruturalismo é registrado no culturalismo, é supor que a experiência *em si* configura sujeitos.

Se a experiência não é elaborada a partir de narrativas, o vivido pode estar latente, mas não consegue ser incorporado biograficamente, ser apropriado. A vivência tem que se transformar em significado através da linguagem (Brah, 1999; Scott, 1992). Uma conclusão é que, possivelmente, como em muitos casos, a tensão entre culturalismo e estruturalismo não precisa ser uma soma zero, nem é necessário escolher um ou outro ponto de vista. Se o risco do estruturalismo, e anos depois das variantes do pós-estruturalismo, poderia ser descrito como o dissolver o social em discursos ou linguagens, o culturalismo poderia reunir dificuldades associadas a certas formas de empirismo ou essencialismo que presumem que certas configurações são dadas apenas pelo fato de serem vividas.

Em resumo, poderia ser dito que a interpelação permite a análise empírica de como efetivamente os discursos, a partir de uma estruturação dominante, compelem, em certas formas, os indivíduos. A limitação é que parece reduzir a constituição de subjetividades em torno de discursos pré-determinados. Ou seja, outras formas de constituição de subjetividade não são entendidas como perguntas. Por outro lado, as contribuições estruturalistas também deixam um saldo positivo que poderia ser resumido como a constatação de que a linguagem constitui a vida social; o risco, como já foi observado, é presumir que a vida social possa ser dissolvida na linguagem.

### **PÚBLICO: DA IDEOLOGIA À CULTURA E AO COTIDIANO**

A análise do discurso não é suficiente para se aproximar do estudo da interpelação. Ou seja, questionar o discurso não acaba com a análise das formas concretas da análise da interpelação. Stuart Hall, retomando uma tipologia elaborada previamente por Frank Parkin, sistematizou uma tipologia de formas de codificação e decodificação que ainda é citada com frequência e que explicita a importância da análise dos processos de recepção, significado e apropriação dos discursos (Hall, 1980; Hall & O'Shea, 2013). Salienta-se que todo discurso é escrito em dominância, ou seja, todo texto sugere uma forma de ser lido. Por sua vez, observa-se que todos os textos utilizam formas de enunciação por meio das quais se referem a públicos específicos. Dessa forma, há leituras que podem ser consideradas dominantes, pois reproduzem a intenção do texto; outras são negociadas pois assumem certas premissas de um determinado discurso, mas não outras. Uma terceira possibilidade são aquelas leituras de oposição, nas quais se refuta o que o discurso propõe.

A tipologia proposta por Hall (1980) é amplamente citada e, talvez, pouco lida de forma crítica. Duas das observações que foram feitas é que ela se concentra talvez muito diretamente no significado e não dá a devida atenção à análise

mais fenomenológica de como são construídos os vínculos com os meios de comunicação, que são anteriores ao significado. A segunda observação é que ela não analisa os processos de apropriação que são derivados das formas de leitura. Ou seja, como são incorporados, por exemplo por meio de mecanismos de projeção e identificação (Abril, 1997), os discursos dos meios de comunicação na conformação de subjetividades.

Além disso, os discursos são lidos literal ou gramaticalmente (Lotman, 1996). As novelas da América Latina tendem a ser lidas mais literalmente, ou seja, cada novela é um caso único. O público nem sempre percebe suas constantes narrativas, como também não reconhece as semelhanças das narrativas midiáticas sobre futebol ou violência criminal.

Contudo, é importante pontuar que a proposta da codificação e decodificação deu origem a um bom número de estudos, dos quais se sobressaem os de Morley (1980a), Radway (1984) e Ang (1991). Algumas das conclusões gerais poderiam ser encaixadas nas seguintes considerações: a recepção não só depende de fatores associados ao texto e ao discurso, mas também a fatores socioculturais em que os meios de comunicação (valores e imaginários sociais predominantes) são inseridos, as características dos que participam (classe, sexualidade, gênero, etnicidade, geração), fatores do ambiente em que os vínculos são estabelecidos com certa programação dos meios de comunicação (casa, espaços públicos), fatores associados aos próprios meios de comunicação (televisão, rádio e, atualmente, plataformas e redes sociais), entre os fatores mais relevantes (Orozco, 1991).

Um segundo tipo de análise, seguindo a distinção que Silverstone (1996) propôs, seria composto pelos estudos que enfatizam a análise do próprio público. A ênfase aqui está em identificar as comunidades interpretativas desde onde o público está vinculado aos discursos. É interessante analisar as rotinas e os rituais por meio dos quais os grupos são vinculados com os meios de comunicação e com os discursos. Essa alternativa surge a partir de tradições mais fenomenológicas em que, mais do que enfatizar o significado, a prioridade gira em torno da análise de como os meios de comunicação se imbricam nas rotinas e nos espaços cotidianos. Trata-se de analisar a integração vivencial da televisão e, em geral, dos meios de comunicação no cotidiano (Silverstone, 1996, p. 20). Silverstone (1996) propõe a tese de que os meios de comunicação constituem uma variante de objetos transicionais por meio da qual os indivíduos interagem com o ambiente; produzem, então, segurança ontológica na qual o social e o simbólico interagem constantemente.

Se fossem comparadas algumas características da pesquisa centrada mais no discurso e os estudos centrados no público baseado no modelo de

codificação-decodificação, seria possível concluir que, em geral, os primeiros tendem a enfatizar a estruturação em dominância de todo discurso, ou seja, a capacidade que um discurso tem de sugerir uma certa leitura. Enquanto isso, a partir de uma perspectiva focada no público, a ênfase tende a ser colocada nos fatores contextuais presentes na recepção e no papel ativo do público (Nightingale, 1996; Orozco, 1991).

Uma das dificuldades de ambas as escolhas é que o método tende a influenciar nos resultados. Ou seja, focar no discurso tende a ressaltar suas características e, de forma similar, a ênfase no público enfatiza o dinamismo dele. Por exemplo, a interpelação efetivamente existe; o desafio é como situá-la em um contexto mais amplo sem desmerecer sua presença. Da mesma forma, é possível dizer que o público é ativo, mesmo que ele não seja necessariamente crítico.

Quando se trata da análise do público, um desafio recorrente, antes e agora, é o que se entende por *atividade*. Por um lado, é indiscutível que a recepção não é uma atividade passiva, super determinada pela interpelação dos discursos. Por outro, atividade não é, a priori, um sinônimo de agência ou de resistência. Na base dessa dicotomia está o enorme desafio de refutar os determinismos sem ignorar as determinações. E também é muito importante reconhecer que embora o poder seja relacional, o que significa que diferentes atores têm diferentes recursos de poder, isso não significa ignorar as grandes assimetrias em termos de recursos e oportunidades. O poder do público é indiscutível, porém ele tem uma maior relevância quando transcende as ações individuais e se expressa nas ações coletivas. De outra forma, poderia ser entendido que a soma de pequenas ações em si é suficiente para desafiar as ordens estabelecidas, como se o todo fosse apenas o resultado da soma das partes. Quanto à análise do discurso, é essencial não perder de vista que existem matrizes discursivas nas quais exemplos concretos de enunciados são inscritos.

Essas matrizes corresponderiam a formações discursivas (Foucault, 2005) ou macroestruturas (van Dijk, 1990), tradicionalmente chamadas de ideologias, sem o qual pode acontecer uma espécie de individualismo metodológico, que diz que pessoas ou grupos utilizam e encontram gratificações com enunciados específicos, que são entendidos como se não fizessem parte de formações de maior alcance, sedimentadas em determinadas condições socioculturais. O conceito de hegemonia pode ser uma forma de superar tanto o superinterpretar a atividade do público ou dos discursos, quanto as grandes e crescentes disparidades de poder especialmente entre grupos de cidadãos e corporações midiáticas (Williams, 1988).

Na América Latina, durante boa parte das décadas de 1990, a ênfase estava no estudo do público e pouca atenção foi dada a essa atividade, embora se



destaque por prevenir análises deterministas, é realizada sobre discursos que não são escolhidos, na maioria das vezes, pelo público. Como concluiu Ramón Zallo (1992), o aumento dos meios de comunicação, e hoje de plataformas, não significa uma maior oferta relativa. Ou seja, muitas vezes, é escolhido entre variantes dele. As selfies, os bichinhos de estimação e as viagens, entre outros, são contados entre os temas e relatos predominantes nos ecossistemas midiáticos digitais.

Também não se pode perder de vista que a ênfase na atividade do público pode ter sido capitalizada pelas teses que, nesse mesmo período, insistiram na desregulamentação dos meios de comunicação, porque se em última instância o público decodifica ativamente os discursos, de pouco adianta propor políticas públicas na área da comunicação.

Contudo, a tese de que o significado não é inerente ao texto e que, portanto, ela não pode ser analisada exclusivamente nos próprios textos, não pode ser deixada de lado. Em outras palavras, uma conclusão preliminar do que foi dito até aqui pode ser óbvia, mas não significa que foi fácil de traduzir em pesquisa empírica, ou seja, é necessário analisar discursos, mas também formas específicas de recepção, significado e apropriação de discursos. Muito se diz sobre isso, mas pouco se investiga.

Com os anos, pelo menos com a experiência na América Latina, a análise do público originou, ao mesmo tempo, dois deslocamentos particularmente relevantes. Um deles é que a pergunta sobre as mediações conduziu o questionamento da cultura, como referencial em que são encenados os processos de recepção, que configuram práticas e instituições culturais (Martín-Barbero, 1987, 2001) ao mesmo tempo. Jesús Martín-Barbero (1987) observa que a integração dos setores majoritários das sociedades latino-americanas em determinados referências de nação e nacionalidade não se deu por meio da cultura impressa, como aconteceu na Europa, mas primeiro por meio do rádio e, depois, da televisão.

Um segundo deslocamento, mais recente, que acontece a partir da análise do público, é que ele retoma o questionamento dos direitos, anos atrás associados ao debate por uma Nova Ordem da Informação e da Comunicação. Ou seja, o público não é apenas agente do discurso dos meios de comunicação, ele começa a ser conceitualizado como ator, que questiona seus direitos, ao mesmo tempo em que a comunicação e a informação são entendidas como bens públicos (Mata, 2006). Sem dúvida, a circulação dos debates sobre a cidadania, não só reduzida a uma associação e direitos políticos, e mais considerada como uma disputa constante e frequentemente desigual pelos direitos, constitui um referencial essencial para entender essa reviravolta do público como agente para o público como ator (Lister, 1997).

**NEM APOCALÍPTICOS NEM INTEGRADOS**

O questionamento pelos direitos daqueles que antes eram considerados especialmente público e agora mais ator, faz parte de um contexto de intensas mudanças tecnológicas que vêm tomando forma nas duas primeiras décadas do século XXI. As possibilidades que a era digital oferece agora para a produção, distribuição e recepção de informação, o acesso à *world wide web* e a conectividade de diversos tipos de dispositivos móveis mudaram os ecossistemas midiáticos. Basta lembrar que a possibilidade de reunir um relógio, uma máquina de escrever e um telefone teria sido algo realmente impensável poucas décadas atrás. O telefone celular substituiu o computador pessoal como o dispositivo móvel de referência e conta com possibilidades que antigamente não se imaginavam juntas. Também era inimaginável que textos impressos, sons, imagens fixas e imagens em movimento pudessem ser registradas, editadas, distribuídas e recebidas em um mesmo suporte digital. Estas mudanças tecnológicas parecem produzir uma espécie de sedimentação, ou seja, algumas mudanças são registradas nas modificações mais inovadoras, ao mesmo tempo que saturam com mais intensidade os mais variados espaços da vida cotidiana. Ou seja, um meio de comunicação acumula mudanças que, por sua vez, se reúnem na inovação seguinte.

Esse dinamismo trouxe consequências para as prioridades de pesquisa, a mais perceptível foi que a análise dos discursos e o público cederam protagonismo para a análise dos meios de comunicação propriamente ditos. O aforismo que diz que “o meio de comunicação é a mensagem” (McLuhan, 1964/2003) está presente implícita ou explicitamente em diversas formas. Talvez um dos desafios analíticos mais importantes seja apreciar as determinações que a mudança tecnológica envolve sem que, por isso, tenha que concordar com o determinismo tecnológico, que costuma constituir a tecnologia em umas das ideologias mais legitimadas das últimas décadas. Ao mesmo tempo que os discursos utilizam suportes ou plataformas para alcançar determinado público, a tecnologia tem uma dimensão discursiva.

Nesse cenário dinâmico, surgiram considerações muito persuasivas sobre a tecnologia. Uma primeira consideraria que a informação é livre e estaria disponível para quem quisesse utilizá-la, algo que já foi refutado pela análise crítica dos algoritmos (Couldry, 2012). Com o mesmo efeito persuasivo tem sido a suposição de que as redes sociais, em formato digital, começam novas formas de sociabilidade, que apagam a distinção entre aqueles que emitem e recebem.

Não se trata de reproduzir a conhecida dicotomia entre apocalípticos e integrados (Eco, 1968), que já tinha acontecido em outras épocas e que exemplifica uma tensão latente entre abordagens *críticas* e abordagens

chamadas *administrativas*, mas sim de salientar que as redes sociais sempre existiram e que as novas são um componente a mais do tecido social. E mais, teria que ser questionado o quanto as redes sociais são sociais. Ou seja, quanto das redes sociais retrata a tese de que “ser é ser visto” (Sibilia, 2012) e não tantos vínculos duradouros, o que se expressa na crise de desconexão que caracteriza as sociedades contemporâneas (Way et al., 2018) e a construção de novos nós de sociabilidade. E não que não houvesse novas formas de sociabilidade, mas pelo menos cabe questionar se o individualismo é mais importante do que a dimensão social das redes. As plataformas e as redes poderiam ser compreendidas no contexto, já descrito por Raymond Williams (1974), como privatização móvel, ou seja, as novas formas de mobilidade, tanto para meios de transporte quanto para meios de informação, vão acompanhadas de um aumento da privatização da experiência social.

Além disso, valeria a pena registrar como os conceitos que analisam os processos de comunicação mudaram. Há uma ou duas décadas, predominava um otimismo, marcadamente tecnológico, quanto ao futuro e conceitos como *estradas da informação*, *sociedade da informação* ou *sociedade de redes* eram predominantes. Mesmo que nada disso seja necessariamente falso ou descartável, tinha um peso normativo e de otimismo que, de certa forma, não concedia um lugar suficiente nas relações de poder imbricadas.

Isso não seria compreendido se não fosse levado em consideração que a ascensão tecnológica surge de uma conjuntura descrita como o *fim da história* (Fukuyama, 1990), ou seja, a tecnologia seria um suporte para uma ordem liberal que não teria oposição.

No entanto, aos poucos, tanto na discussão cidadã quanto na pesquisa acadêmica, um certo distanciamento com relação a esse otimismo tecnológico foi se tornando predominante. O escândalo que envolveu a Cambridge Analytica pode ter reforçado esse deslocamento e estaria voltando, agora nos tempos das plataformas, para o reconhecimento dos “fortes efeitos” dos meios de comunicação e isso se manifesta em conceitos como *notícias falsas* ou *desinformação*. Também convém contextualizar esses conceitos tanto em termos históricos quanto teóricos ou analíticos. Em termos históricos, poderia ser traçado o uso do conceito de desinformação que aparece, pelo menos na América Latina, na década de 1970 nos estudos dos meios de comunicação. Influenciados pelos estudos da teoria da dependência, os estudos sobre desinformação ressaltaram as desigualdades nas formas como os acontecimentos públicos da época eram relatados e as implicações que isso tinha nos discursos dos meios de comunicação. Pouco tempo depois, esse tipo de debate chegou à Unesco e foram criados documentos muito importantes, como o Relatório MacBride. Em seguida,

o Governo dos Estados Unidos cortou o orçamento da Unesco e o conceito perdeu o protagonismo que teve.

Entre aquela época e o presente, haveria um novo elemento, que é a existência das redes sociais que podem ampliar o alcance da desinformação e nem sempre o ativismo cidadão as utiliza para combatê-lo. O Centro Latino-Americano de Jornalismo Investigativo (CLIP) revelou a presença de *mercenários digitais* que, usando as plataformas, influenciaram as redes eleitorais no Brasil, Peru, Honduras e Costa Rica. No caso da Costa Rica, por exemplo, um grupo de WhatsApp com cerca de 500.000 pessoas, formado principalmente por pessoas que vivem em condições econômicas difíceis, interagem com um *bot* que simulava ser o então candidato e, hoje, presidente da Costa Rica.

Uma segunda linha de reflexão seria examinar os alcances da noção de notícias falsas, que parece ecoar a partir do conceito de *manipulação*, pouco utilizado atualmente, mas amplamente discutido décadas atrás. Uma característica específica do conceito de notícias falsas se refere a uma alteração factual e deliberada de atores, eventos, instituições ou acontecimentos mais amplos. As notícias falsas se referem mais a materiais de redes sociais e não tanto produzidos por instituições jornalísticas, ou haveria muito menos trabalho sobre notícias falsas deliberadamente produzidas pelos meios de comunicação.

Analiticamente, notícias falsas contribuem para descrever aquilo que tem uma intenção deliberada. Enquanto isso, chama a atenção que a expressão “notícias verdadeiras” não seja utilizada, o que seria explicado pelo fato de que “notícia” é em si, por assim dizer, “verdadeira”, o que seria o oposto de “falso”. O mesmo poderia ser dito para “desinformação”, cujo contrário seria “informação”, que também se entenderia como “verdadeira”.

Junto com a crítica à desinformação deliberada que é conhecida hoje como notícias falsas e pós-verdade, não se pode perder de vista que tanto as notícias quanto as informações, mesmo quando sejam verdadeiras e documentadas factualmente, nunca são uma cópia, por assim dizer, da realidade; sempre e em todos os casos, há uma mediação da linguagem para produzir e *consumir* qualquer enunciado, seja ele verbal o não. E assim persiste o grande questionamento de como os acontecimentos públicos se constituem nas narrativas midiáticas (Martín Serrano, 1986) e como essas narrativas são inscritas no cotidiano.

Esse desafio fica ainda mais complexo na medida em que a própria noção do que é público, ou seja, aquelas dimensões da vida indispensáveis para a convivência social, difundiram-se. A erosão do público torna mais difícil contar com referentes compartilhados. As notícias falsas e a pós-verdade fariam parte dessa erosão de referentes compartilhados; trata-se da expressão discursiva de mudanças institucionais de grande relevância.

Algo semelhante poderia ser dito da expressão *captura dos meios de comunicação*, que parece indicar que, anteriormente, os meios de comunicação ou, no caso, qualquer instituição, pública ou privada, seria “independente” (não capturada) e agora responde a interesses corporativos do grande capital. Sobre isso, seria necessário reiterar que as instituições sempre são construídas a partir de determinados interesses e determinadas relações de poder. Para isso também é necessário adicionar que, nas sociedades com tradições liberais mais consolidadas, instituições de meios de comunicação ou de cultura dispuseram de autonomia que, recentemente, poderia ser limitada pelo predomínio neoliberal. Isso seria mais difícil de sustentar na América Central, onde essa relativa independência e autonomia nunca existiram plenamente, nem de longe. Em resumo, na América Central, os meios de comunicação públicos ou privados não poderiam ter sido capturados, pois nunca foram livres no sentido liberal da palavra.

O deslocamento do pêndulo rumo a abordagens críticas sobre as plataformas e redes sociais tem o desafio tanto de evitar a adoção acrítica de abordagens, já analisado previamente por Luis Ramiro Beltrán (1977), como adotar interpretações que, não por serem críticas, ofereçam novas interpretações dos vínculos entre discursos, público e indústrias. Nicholas Garham (2011, p. 42), que por anos defendia a economia política dos meios de comunicação, observou que ela se transformou em uma “cansada e limitada ortodoxia”, “um eufemismo para uma forma vaga, crua e pouco autoquestionada de marxismo”.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse artigo procurou mostrar a centralidade dos vínculos entre discursos, público e meios de comunicação ou plataformas, tanto no que diz respeito ao estudo dos meios de comunicação tradicionais quanto no ambiente midiático contemporâneo. Mais do que seguir a trajetória do pêndulo, em que um deslocamento rumo a um extremo tende a produzir logo depois um deslocamento inverso, talvez um desafio maior nos estudos da comunicação consista em como sustentar os questionamentos e não a proeminência de abordagens e métodos de trabalho. Além disso, insistiu em registrar os processos comunicativos em contextos socioculturais mais amplos e em conjunturas específicas, o que poderia prevenir o chamado *mídiacentrismo*, que diz que os processos comunicativos são uma espécie de mantra que explica as sociedades contemporâneas.

Para finalizar, são mostrados quatro desafios considerados particularmente relevantes para o trabalho de pesquisa, docência e impacto no campo da comunicação. O primeiro desafio se refere ao paradoxo de que, em uma época

em que a humanidade conta com tantos recursos e plataformas tecnológicas, o entendimento dos acontecimentos públicos parece ser algo difícil de alcançar e isso também influencia as práticas cotidianas, que se expressam nas chamadas notícias falsas, que, inclusive, levaram governos e comunidades a recusar as vacinas contra a covid-19.

Um segundo desafio é como entender que, na América Central, são os setores mais conservadores que capitalizam a insatisfação gerada pela exclusão social e pela falta de oportunidades. O autoritarismo populista foi a resposta diante da exclusão e da falta de oportunidades. O mal-estar parece não encontrar uma narrativa que o elabore apesar da diversificação de plataformas de comunicação. O político, portanto, supera de longe a política e isso resulta em insatisfação ao mesmo tempo que abre as portas para o populismo autoritário. Isso acontece, não exclusivamente, mas de maneira significativa, por causa da ausência de narrativas construídas coletivamente que articulam atores, demandas e horizontes de possibilidade. Ser excluído(a) da capacidade de narrar ou de se ver é tão estrutural ou crucial quanto a exclusão material (Sandoval, 2011).

Para concluir, a produção social de sentido, aquilo que é constitutivo da comunicação (Sandoval, 2011), não reside apenas na análise dos discursos existentes. Talvez sua maior relevância resida no estudo dessas ausências que estruturam o que existe. A partir do reconhecimento das ausências, é de suma relevância contribuir para a construção de universos de sentido que possam configurar novas narrativas, nas quais amplos setores sociais, muitas vezes excluídos da possibilidade de traduzir sua experiência vivida em narrativa pública reconhecida, possam ser representados. Um desafio comunicacional significativo é acompanhar a urgência de narrativas emancipadoras que evitem que tanta experiência seja desperdiçada. ■

## REFERÊNCIAS

- Abril, G. (1997). *Teoría general de la información*. Cátedra.
- Althusser, L. (1988). *Ideología y aparatos ideológicos del Estado*. Nueva Visión.
- Ang, I. (1991). *Desperately seeking the audience*. Routledge.
- Barthes, R. (1986). *Mitologías*. Siglo XXI.
- Beltrán, L. R. (1977). Premisas, objetos y métodos foráneos en la investigación sobre comunicación en Latinoamérica. *Cuadernos Ininco*, 1, 247-273.
- Brah, A. (1999). The scent of memory: Strangers, our own, and others. *Feminist Review*, 61, 4-26.
- Chakrabarty, D. (2000). *Provincializing Europe*. Princeton University Press.

- Couldry, N. (2012). *Media, society, world. Social theory and digital media practice*. Polity.
- Eco, U. (1968). *Apocalípticos e integrados*. Lumen.
- Eco, U. (1974). *La estructura ausente*. Lumen.
- Foucault, M. (2005). *El orden del discurso*. Tusquets.
- Fuentes-Navarro, R. (2015). *Centralidad y marginalidad de la comunicación y su estudio*. Iteso.
- Fukuyama, F. (1990). ¿El fin de la historia?. *Estudios Públicos*, (37), 5-31.
- Garham, N. (2011). The political economy of communication. In J. Wasko, G. Murdock & H. Sousa (Eds.), *The handbook of political economy of communications* (pp. 41-62). Wiley-Blackwell.
- Hall, S. (1979). The great right moving show. *Marxism Today*.
- Hall, S. (1980). Encoding/decoding. In S. Hall, D. Hobson, A Lowe & P. Willis (Eds.), *Culture, media, language. Working papers in cultural studies, 1972-1979* (pp. 128-139). Routledge.
- Hall, S. (2010). *Sin garantías. Trayectorias y problemáticas en estudios culturales*. Envión.
- Hall, S., & O'Shea, A. (2013). Common sense neoliberalism. *Soundings*, 55, 9-25.
- Larraín, J. (2010). *El concepto de ideología* (Vol. 2). LOM.
- Lister, R. (1997). *Citizenship. Feminist Perspectives*. Polity.
- Lotman, I. (1996). *La semiosfera I. Semiótica de la cultura del texto*. Cátedra.
- Martín-Barbero, J. (1987). *De los medios a las mediaciones*. Gustavo Gilli.
- Martín-Barbero, J. (2001). *Oficio del cartógrafo*. Fondo de Cultura Económica.
- Martín-Barbero, J., & Muñoz, S. (Coords.). (1993). *Televisión y melodrama*. Tercer Mundo.
- Martín Serrano, M. (1986). *La producción social de la comunicación*. Alianza Universidad.
- Mata, M. C. (2006). Comunicación y ciudadanía. Problemas teórico-políticos de su articulación. *Revista Fronteiras: Estudos Mediáticos*, 8(1), 5-15.
- Mattelart, M. (2007). Mujeres y medios. Memorias de un pensamiento crítico. In M. J. S. Leyva & A. R. Olaizola (Coords.), *Crítica feminista y comunicación* (pp. 29-55). Comunicación Social.
- McLuhan, M. (2003). *Understanding media: The extensions of man*. Gingko Press. (Trabajo original publicado en 1964)
- Morley, D. (1980a) The Nationwide Audience. British Film Institute.
- Morley, D. (1980b). Texts, readers, subjects. In S. Hall, D. Hobson, A Lowe & P. Willis (Eds.), *Culture, media, language. Working papers in cultural studies, 1972-1979* (pp. 163-176). Routledge.
- Nightingale, V. (1996). *El estudio de las audiencias. El impacto de lo real*. Paidós.

- Orozco, G. (1991). *Recepción televisiva: Tres aproximaciones y una razón para su estudio* (Vol. 2). Cuadernos de Comunicación y Prácticas Sociales.
- Radway, J. (1984). *Reading the romance women, patriarchy, and popular literature*. University of North Carolina Press.
- Sandoval, C. (2011). De los medios a los fines. La comunicación como bien público. *Revista Latinoamericana de Comunicación*, (13), 60-70.
- Scott, J. (1992). *Feminists theorize the political*. Routledge.
- Sibilia, P. (2012). *La intimidad como espectáculo*. Fondo de Cultura Económica.
- Silverstone, R. (1996). *Televisión y vida cotidiana*. Amorrortu.
- Thompson, E. (1982). *La miseria de la teoría*. Grijalbo.
- van Dijk, T. (1990). *La noticia como discurso. Comprensión, estructura y producción de la información*. Paidós.
- Way, N., Ali, A., Gilligan, C., & Noguera, P. (Eds.). (2018). *The crisis of connection. Roots, consequences, and solutions*. University of New York Press.
- Williams, R. (1974). *Television. Technology and cultural form*. Routledge.
- Williams, R. (1988). *Marxismo y literatura*. Península.
- Zallo, R. (1992). *El mercado de la cultura. Estructura económica y política de la comunicación*. Tercera Prensa.

---

Artigo recebido em 8 de agosto de 2023 e aprovado em 20 de setembro de 2023.